

O SISTEMA CENTRO-PERIFERIA DE RAÚL PREBISCH E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Eduardo de Pintor¹

Resumo:

Raúl Prebisch (1901 - 1986) foi um dos principais, senão o principal, economista Latino-Americano. Sua trajetória foi extraordinária tanto profissional quanto acadêmica. Suas contribuições para a discussão sobre o atraso no processo de desenvolvimento das economias periféricas e como elas poderiam alcançar os países desenvolvidos está no âmago do seu sistema centro-periferia, permanecendo atual e relevante, principalmente quando levado em consideração que o território objeto dos estudos do autor foi a América Latina. As conjecturas teóricas nacionalistas e heterodoxas na América Latina sobre o desenvolvimento econômico se dinamizaram a partir de alguns princípios introduzidos por Prebisch. Logo, o objetivo deste artigo foi demonstrar a importância das ideias de Raúl Prebisch e sua contribuição para a teoria do desenvolvimento econômico. Pode-se concluir que os estudos do autor foram fundamentais para o surgimento de uma teoria originária da periferia e para o fomento de uma corrente de pensamento econômico genuinamente latino-americana.

Palavras-Chave: Desenvolvimento econômico; Prebisch; Centro-Periferia.

THE CENTRAL-PERIPHERY SYSTEM OF RAÚL PREBISCH AND ITS THEORETICAL IMPLICATIONS IN ECONOMIC DEVELOPMENT

Abstract:

Raul Prebisch (1901 - 1986) was one of the main, if not the main, Latin American economist. His career was extraordinary, both professional and academic. Their contributions to the discussion of the lag in the development process of peripheral economies and how they could reach the developed countries lies at the heart of their center-periphery system, while remaining current and relevant. Particularly when it was considered that Latin America was the target of the author's studies. The theoretical nationalist and heterodox theoretical conjectures in Latin America on economic development were only dynamized, according to the historical facts report, due to the principles introduced by Prebisch. Thus, the purpose of this article was to demonstrate the importance of the ideas of Raúl Prebisch and his contribution to the theory of economic development. It can be concluded that the author's studies were fundamental to elaborate an original theory of the periphery and to foment a genuinely Latin American current of economic thought.

Keywords: Economic development; Prebisch; Center-Periphery.

¹ Economista e professor do Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/Campus de Toledo. E-mail: eduardo.pintor@unila.edu.br.

O autor agradece o apoio financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana por meio do Programa Institucional Agenda Tríplice.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de Raúl Prebisch (1901-1986) foi singular, tanto no campo acadêmico como no profissional. No período da Segunda Guerra Mundial até o final do século XX, suas contribuições foram de suma importância para discussão da evolução das chamadas economias subdesenvolvidas e como elas poderiam alcançar o nível de desenvolvimento dos países desenvolvidos continua atual e relevante, principalmente quando considerada a América Latina, sendo este o principal território objeto dos estudos de Prebisch.

No campo profissional ele exerceu diversas funções, passando pelos cargos de professor de economia na faculdade de ciências econômicas de Buenos Aires (1925), subsecretário do Ministério da Fazenda Argentino (1930), diretor geral do Banco Central da república Argentina² (1935), secretário executivo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL (1949) e secretário geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD (1965).

Não obstante, sua carreira acadêmica seguiu o mesmo caminho não deixando a desejar. No decorrer da execução de suas atividades Prebisch observava a realidade preocupava-se com os problemas reais e imediatos presentes na economia, questionando a incapacidade do *mainstream* econômico vigente em explicar os fatos ocorridos na América Latina.

Assim, surgiram suas principais contribuições acadêmicas, estando elas sempre vinculadas às suas atividades profissionais, como: Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas (1949), Crescimento, desequilíbrio e disparidades: Interpretação do processo de desenvolvimento econômico (1950), Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico (1951), Dinâmica do desenvolvimento latino americano (1963), Nova política comercial para o desenvolvimento (1964), Transformação e desenvolvimento a grande tarefa da América Latina (1970), Capitalismo periférico: crises e transformação (1981), Cinco etapas de meu pensamento sobre o desenvolvimento (1982).

No próprio nome de seus trabalhos, é perceptível o entrelaçamento da sua vida profissional com a acadêmica pela simples evolução cronológica dos assuntos de suas obras. Deste modo, da sua trajetória profissional as elucubrações teóricas emergiriam o sistema centro-periferia e as discussões sobre: a deterioração dos termos de troca da América Latina, a teoria da dependência, os desequilíbrios externos, a corrente estruturalista latina e a discussão do subdesenvolvimento latino-americano.

Portanto, o objetivo do trabalho é demonstrar a importância das ideias de Raúl Prebisch e sua contribuição para a teoria do desenvolvimento econômico. Para tanto, ele está dividido em quatro seções a contar com a presente introdução. A segunda seção apresenta o debate entre crescimento econômico e desenvolvimento iniciado no período do pós-crise 1929 até seu *status quo*. A terceira seção demonstra a

² Em 1934, o ministro da Fazenda argentino solicita que Prebisch elaborasse o projeto do Banco Central argentino. Sendo ele o responsável pelo projeto e posteriormente pela direção geral, estando subordinado apenas ao cargo do presidente, tendo apenas 35 anos de idade (COUTO, 2017).

trajetória de Prebisch enquanto ele exercia suas funções públicas e elaborava suas concepções teóricas focando principalmente na teoria do sistema centro-periferia. Por fim, as considerações finais encerram o trabalho.

2º DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Até meados do século XX o pensamento econômico clássico era o predominante, o qual estava baseado nas ideias de Smith (1983) e Ricardo (1986). Ele supunha que o desenvolvimento de uma determinada região, ou nação, era dado pela sua capacidade de acumulação de capital e medido pelas taxas de crescimento econômico desse montante acumulado (DE CARVALHO, 1990). Contudo, a forma que este capital acumulado se distribuía entre as diversas classes não se constituiu em uma preocupação central na teoria clássica.

No período que se sucedeu, após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, os pressupostos da teoria econômica clássica foram amplamente debatidos por várias correntes econômicas iniciadas nesse período³. Tal discussão fomentou várias divergências sobre o quais seriam os fatores necessários para que um país seja considerado desenvolvido, caminhando para o entendimento de que o crescimento econômico seria condição necessária, mas não suficiente para atingir o desenvolvimento econômico. Essa percepção aflora quando se observa que as experiências do pós-guerra não revelaram nenhuma correlação entre o crescimento econômico e a distribuição de renda e riqueza (HADDAD, 2009).

Assim, o crescimento econômico de uma região poderia se revelar contraditório ao processo de desenvolvimento, caso ele não permitir que haja melhoria de acesso a bens e serviços essenciais à população residente. Neste sentido, Oliveira (2002) afirma que o conceito de desenvolvimento deve ser resultado do crescimento econômico com aumento na qualidade de vida da população, ocorrendo quando há melhoria na distribuição dos recursos entre as diferentes classes sociais na economia. Melhoria esta que resultaria na elevação dos indicadores de bem-estar econômico e social.

A discussão do conceito de desenvolvimento permeia todo século XX, aprofundando-se no século XXI como um conceito multidimensional e ainda em construção, possuindo por base a elucubração sobre casos específicos ao invés de fórmulas padrões. Conforme apontado por Brandão (2008, p. 1):

É preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista em cada situação real, em determinado Espaço-Tempo específico. A impossibilidade de tal teoria do desenvolvimento “pronta e acabada” deriva da incapacidade do estabelecimento de leis de validade universal no que diz respeito a um processo multidimensional e de transformações estruturais qualitativas que é o desenvolvimento.

No que diz respeito à ampliação deste debate para a América Latina, se observa que o atraso no processo de desenvolvimento dos países da América Latina,

³ Como a corrente Keynesiana e Schumpeteriana ou evolucionista, ambas iniciadas na década de 1930 com os trabalhos de Keynes (2007) e Schumpeter (1986).

chamados a época de subdesenvolvidos, é introduzido a partir de Prebisch (2000). Isto ocorre principalmente com a intensificação da crítica Cepalina aos determinantes das disparidades nas condições econômicas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Neste período o viés da análise econômica está sobre os diferenciais de produtividade do trabalho⁴ e o crescimento voltado para dentro do Estado, sendo uma de suas principais propostas o crescimento via substituição de importações⁵ (CARNEIRO, 2006).

Já na década de 1980, a dinâmica do processo modifica-se possuindo as relações comerciais voltadas para o mercado externo como centro dinâmico das economias periféricas. O avanço do processo de desenvolvimento dos países asiáticos exemplifica esta mudança no contexto econômico mundial. Em parte, as bases para essa evolução dos países asiáticos estão contidas no direcionamento das políticas públicas adotadas pelos Estados sua especialização produtiva em indústrias intensivas em tecnologia e na sua inserção internacional. Processo este que não ocorreu da mesma forma em grande parte das economias da América Latina naquele período (CARNEIRO, 2006).

É possível perceber que há uma interminável discussão sobre quais fatores levaram as economias desenvolvidas a atingirem o progresso econômico e o desenvolvimento no século XXI. Como também, porque estes mesmos fatores não proporcionariam níveis similares de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos que almejavam os frutos do progresso econômico e social. Uma vez que os pressupostos do *mainstream* econômico clássico já não explicam as divergências de rendimentos das nações do centro e da periferia. Neste sentido, Bresser-Pereira (2007) também expõe uma ideia sobre o conceito de desenvolvimento econômico, a saber:

O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade. Definido nestes termos, o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizaram sua Revolução Capitalista. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente autossustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 2).

Portanto, apesar de inúmeras divergências entre as correntes teóricas e suas contribuições originárias após a crise de 1929 e no decorrer do século XX, é evidente, no pensamento da maioria dos autores sobre a teoria do desenvolvimento econômico, que eles apresentam como paradigma fundamental e objetivo geral do processo de desenvolvimento a melhoria da qualidade de vida da população em várias dimensões, principalmente na econômica e social. Esta é a gênese que rompe com os pressupostos clássicos, uma vez que não mais se utiliza a acumulação absoluta de capital como medida de riqueza.

⁴ Haja visto os modelos de crescimento desenvolvidos por Solow (1956) e Romer (1986).

⁵ Estes diferenciais serão esmiuçados na seção seguinte.

Cabe destacar que essa evolução do debate entre crescimento e desenvolvimento econômico acabou por inserir mais elementos para o uso e elaboração de indicadores que eram usados para medir e padronizar os países em termo de renda e riqueza. O mais conhecido e usual para medir os níveis de crescimento é o Produto Interno Bruto (PIB), juntamente com a renda per capita eram e ainda são os parâmetros de comparação e medição do crescimento econômico entre nações.

Nesse contexto, o PIB, tornou-se o indicador-chave para evidenciar os avanços sociais dos países. No entanto, a insuficiência do PIB como único indicador de desenvolvimento começou a ser questionada conforme o debate sobre a teoria do desenvolvimento aflorava. O principal argumento residia no fato que o crescimento econômico nem sempre se traduzia em melhoria da qualidade de vida ou em desenvolvimento em um sentido mais amplo. Críticas apontaram que o cálculo do PIB desconsiderava relações extramercado, ignorava custos ecológicos, escondia desigualdades internas e valorizava mais os bens de troca do que os bens de uso (SIEDENBERG, 2003).

Em resposta a essas limitações, a necessidade de atrelar ao PIB indicadores de outras áreas, como saúde, educação, ocupação e habitação, foi sugerida para melhor definir o desenvolvimento. Isso impulsionou o debate e a busca por indicadores de desenvolvimento socioeconômico, que fossem além dos dados meramente econômicos e incluíssem aspectos sociais. Um marco importante foi a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pela ONU em 1990, o qual estava baseado nas ideias de Amartya Sen (2018). Ele consolidou uma concepção mais complexa de desenvolvimento ao mensurar a qualidade de vida com base em indicadores como esperança de vida ao nascer, alfabetização e poder de compra per capita. A partir dele, diversas outras propostas de indicadores surgiram para abordar dimensões sociais e ambientais, incluindo aspectos como nutrição, saúde, meio ambiente, habitação, índices de democratização e sustentabilidade (SIEDENBERG, 2003).

É neste contexto de fertilidade de teorias heterodoxas e amplo debate entre o processo de crescimento e desenvolvimento dos países que Prebisch exercerá suas funções profissionais como professor de economia, assessor de assuntos econômicos, secretário geral, entre outros, bem como, irá elaborar seus ensaios econômicos e sociais, dentre eles o Sistema centro-periferia. É também nesse contexto e com base no debate teórico entre crescimento e desenvolvimento que irão surgir outros indicadores visando mensurar os atributos do desenvolvimento inseridos pelo debate.

3 RAÚL PREBISCH E A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

Raúl Prebisch (1901-1986) foi um dos principais, senão o principal, economista Latino-Americano (BORJA, 2021). Sua contribuição para a discussão da evolução das economias denominadas a época como subdesenvolvidas e como elas poderiam alcançar o nível dos países desenvolvidos continua atual e relevante, principalmente quando considerada a América Latina (BIESLCHOWSKY, 2020), sendo este o principal território objeto dos estudos de Prebisch.

Seu trabalho seminal intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, foi publicado em 1949 e considerado

como ponto de partida (gênese) do pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) (BIESLCHOWSKY, 2020; BORJA, 2021). O referido trabalho acabou por constituir uma abordagem teórico-econômica dos acontecimentos mundiais a partir da visão dos países em desenvolvimento, refutando qualquer teoria pré-concebida em outras nações e importada para as escolas latino-americanas. Sendo ela genuinamente latino-americana (COUTO, 2007).

Neste trabalho, Prebisch (2000) relata que o modelo de divisão internacional do trabalho, derivado do princípio de vantagens comparativas de Ricardo (1982), remetia aos países da América Latina o papel de produtor de alimentos e matérias primas para os centros industriais. Ele visualizou que este sistema havia se constituído em uma forma de perpetuação da desigualdade em termos econômicos entre os países desenvolvidos (centro) em detrimento dos países subdesenvolvidos (periferia).

O autor inicia sua crítica reconhecendo as benesses econômicas da divisão internacional do trabalho. Contudo, considera falsa a alegação de que o fruto do progresso técnico causado por essa divisão é distribuído de maneira equitativa por toda sociedade. Esta divisão seria ocasionada pela distribuição dos ganhos da produtividade pelas diversas classes sociais. Isto ocorreria apenas nos países desenvolvidos, pois nos países subdesenvolvidos os ganhos da produtividade não seriam repassados em medida suficiente para atender a toda população (PREBISCH, 2000).

Neste sentido, é evidente que os países subdesenvolvidos necessitariam de elevar a sua produtividade de suas atividades em relação aos países desenvolvidos. Ocorre que a especialização das economias subdesenvolvidas em produtos primários não permitiria esta expansão da produtividade do trabalho. Isto é explicado pela superioridade desta produtividade nas atividades industriais, assim sendo, por mais que ocorram ganhos de produtividade do trabalho nas atividades primárias estas sempre estarão aquém das industriais.

Assim foi identificado por Prebisch (2000) que para a periferia desenvolver-se ela deveria industrializar-se. Mas não em detrimento do setor primário, pois primeiro este setor proporciona divisas aos países em desenvolvimento. Segundo a receita da exportação primária costuma constituir elevada parcela da renda da terra. Terceiro quanto maior for o potencial do comércio exterior de um país maior será sua capacidade de aumentar sua produtividade do trabalho. Deste modo, o fator chave consiste em saber extrair do comércio exterior, cada vez mais, os elementos propulsores do desenvolvimento, pois para uma nação industrializar-se sempre foi necessário voluptuoso volume de capital.

Duas décadas antes da publicação do trabalho de Prebisch, a grande depressão de 1929 veio à baila, revelando que os países da América Latina possuíam sua dinâmica econômica impulsionada de fora para dentro, pelo crescimento contínuo das exportações. Com a mudança radical no cenário nacional, após a crise houve uma retração do comércio internacional devido a redução da renda disponível para consumo e da implementação de diversas políticas protecionistas pelos países desenvolvidos como medidas anticíclicas. Com isso, o eixo dinâmico das economias na América Latina se modificou, passando a ser induzido pela industrialização para o consumo do mercado interno.

Ao vivenciar estes fatos Prebisch inicia seus questionamentos sobre a aplicação da teoria econômica ortodoxa e a validade de seus paradigmas quando

aplicados a realidade da América Latina. Além de vivência o autor sempre ocupou posições que permitiriam a ele a observação e execução de medidas econômicas na prática, pois em 1930 ele assumira o posto de subsecretário do Ministério da Fazenda da Argentina sendo responsável por conduzir a economia Argentina no período da grande depressão (COUTO, 2017). Assim além de seus estudos teóricos, Prebisch era conhecido como um homem prático, tanto que “seu pensamento estava sempre voltado para o mundo real, em particular aquele sobre o qual podemos agir” (FURTADO, 2011).

Destarte, uma das suas primeiras investigações para a interpretação da realidade que o cercava trata sobre o ciclo econômico. Ele inicia sua análise do ciclo econômico com uma crítica, pois na explicação clássica o ajuste no processo cíclico econômico ocorre devido às disparidades contínuas entre a oferta e a demanda global. Desta forma, na fase de crescimento do ciclo econômico a demanda supera a oferta e na fase de recessão ocorre o inverso. As variações do percentual de lucro ocorrem de acordo com os movimentos cíclicos, se expandindo na fase de crescimento e contraindo-se na fase de recessão via os ajustes nos preços (PREBISCH, 2000).

Devido ao ajuste do ciclo econômico, o lucro seria transferido dos empresários dos centros para os produtores de produtos primários na periferia. Isto aconteceria devido ao tempo necessário para elevar a produção primária, em relação aos outros processos produtivos, também da quantidade em estoque disponível determinada mercadoria. Estes dois fatores proporcionariam a elevação momentânea do lucro, possibilitando a referida transferência. Todavia, a análise histórica de distanciamento dos preços entre os produtos manufaturados do centro em detrimento dos produtos primários da periferia não corrobora tal explicação (PREBISCH, 2000).

Assim, Prebisch (2000) argumenta que se o lucro pudesse contrair-se, na fase de recessão, na mesma proporção que ocorreu sua ampliação, na fase de crescimento, não haveria razão alguma para que a relação de preços se deteriorar, ela ocorre exatamente devido a incapacidade do lucro se contrair na mesma proporção de sua expansão. Isto ocorre, pois durante a fase de crescimento uma parte dos lucros no centro solidifica-se na forma de aumentos de salários dos trabalhadores, seja pela pressão das organizações trabalhistas e sindicais ou pelo aumento da demanda dos empresários que eleva a remuneração. Quando o lucro se contrai na fase recessiva, há rigidez na queda dos salários dos trabalhadores das economias centrais, o que por sua vez, dificulta a retração do lucro nestas economias. Logo, a pressão se desloca para as economias periféricas, e devido a rigidez dos salários nas economias centrais, a magnitude da pressão sobre a retração do lucro e salários torna-se maior que a naturalmente exercida pelo ajuste. Sendo assim, quanto menos a renda se contrai nas economias centrais, mais ela tem de fazê-lo nas economias periféricas.

Isto acontece principalmente por causa da menor rigidez nos salários e lucros na periferia. Esta menor rigidez dos salários na periferia é explicada em parte devido a menor articulação da classe trabalhadora nessas economias, bem como, por boa parte da classe trabalhadora estar ligados a produção agropecuária. Mesmo que os países subdesenvolvidos possuam a inflexão salarial parecida com os países desenvolvidos, isso ocasionaria, *mutatis mutandis*, uma elevação da pressão do ajuste no lucro nas economias periféricas. Tal condição é evidenciada pelo fato de

que não havendo a contração do lucro na periferia ocorre um acúmulo de estoques de mercadorias manufaturadas no centro, se não há ajuste via o sistema de preços, haverá uma contração da demanda de produtos primários, acarretando menor demanda destes produtos das economias periféricas, contraindo a renda (PREBISCH, 2000).

Esta maior capacidade que a massa trabalhadora possui de aumentar seus rendimentos salariais nos períodos de crescimento e sustentar estes rendimentos nos períodos de recessão, bem como a capacidade que as economias centrais possuem em deslocar a pressão cíclica, seja pelo mecanismo de preços ou pela produção, para a periferia obrigando com isso que a contração da renda sempre seja superior nesta última, explicam a diferença histórica entre os preços dos produtos manufaturados (centro) e os primários (periferia). Logo, é evidente que este sistema permite as economias centrais não somente a apropriação do fruto do progresso técnico de suas atividades como também da apropriação de parte do progresso que ocorre na periferia (PRBISCH, 2000). Elucidado esta questão, fica patente que o desenvolvimento das economias periféricas está pautado na necessidade do rompimento com a iminente dependência que o ciclo econômico impõe.

Na época analisada pelo autor os Estados Unidos era o principal centro cíclico do mundo. Sendo assim, ele observou que grandioso desenvolvimento da produtividade do trabalho deste país desempenhou um papel importante, principalmente no que diz respeito a como ele afetava diretamente o comércio exterior, o ritmo de crescimento econômico e a distribuição internacional da riqueza. Por isso, Prebisch (2000) investigou a oscilação do volume importações dos EUA e seu impacto na economia global. Ele descobriu que no decorrer do tempo as importações dos EUA reduziam-se em relação ao aumento real da renda deste país impactando diretamente no comércio internacional mundial e nos países periféricos. Do mesmo modo, ele descobriu que dependendo do estágio do desenvolvimento de uma nação o progresso técnico pode contribuir para uma política protecionista, devido aos seus ganhos de produtividade e principalmente utilizada em épocas de crises como medidas anticíclicas, nas palavras do autor:

O progresso técnico é um dos fatores que mais contribuem para explicar esse fenômeno. Ainda que isso pareça paradoxal, o aumento da produtividade contribuiu para que aquele país prosseguisse em sua política protecionista e a acentuasse, depois de atingir a etapa da maturidade econômica (PREBISCH, 2000, p. 90).

Este comportamento torna-se latente quando se observa o ocorrido com as importações dos EUA na crise de 1929. Isto também pode ser verificado na crise de 2008, várias medidas anticíclicas foram adotadas pelos países desenvolvidos para limitar as exportações dos países em desenvolvimento, seja por meio de barreiras tarifárias explícitas ou barreiras não tarifárias. Os principais centros mundiais como EUA e a União Europeia adotaram uma postura protecionista com grande parte dos produtos primários, muitas vezes de origem agrícola dos países em desenvolvimento, como medida anticíclica pós-crise de 2008 (SILVA, 2014).

No mesmo sentido, Chang (2004) aborda a questão com uma crítica ao comportamento dos países desenvolvidos depois que eles atingiram determinada maturidade econômica. Ele argumenta que estes países utilizaram de medidas

protecionistas⁶ para avançar no seu processo de desenvolvimento e atualmente estes países desenvolvidos são terminantemente contra as mesmas medidas protecionistas usadas por eles no seu estágio inicial de desenvolvimento. Tais mudanças parecem ser amplamente aceitas entre estes países desenvolvidos, pois como suas economias possuem maior nível de competitividade, ou seja, apresentam elevada produtividade do trabalho, é melhor para eles que não haja barreiras comerciais a sua produção destinadas à exportação.

Retomando o pensamento de Prebisch (2000), é evidenciado que o processo de industrialização da América Latina inicia-se com aquela configuração do comércio internacional, já estando estabelecido os EUA como o grande *player* mundial, superando recentemente a Inglaterra, no período pós Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, o problema fundamental para a industrialização da América Latina estaria contido na adaptação destas condições mundiais estabelecidas procurando uma compatibilidade dessa nova realidade para avançar no processo de desenvolvimento da América Latina, uma vez que não haveria possibilidade da transformação dessa nova realidade, mas a busca de alternativas.

Caso isto não ocorresse, haveria uma permanente tendência ao desequilíbrio entre os rendimentos da produtividade do trabalho do centro em relação à periferia, principalmente devido a três fatores. Primeiro a demanda de bens de capital costuma ser atendida nos países do centro, configurando uma necessidade estrutural de fuga de capitais. Segundo os novos produtos são fruto do desenvolvimento técnico, ditando o estilo de vida da população e tornando-se necessidades de consumo, assim estes novos produtos se configuraram como demanda substituta aos produtos fabricados internamente. Terceiro, com o advento destes novos produtos, mormente tecnológicos, há penetração de outros produtos complementares a estes devido ao marketing, modificando as preferências do consumidor para estes produtos de origem nos países desenvolvidos (PREBISCH, 2000).

Não obstante, como possível medida para sanar este problema, tendo em vista redução do diferencial de produtividade do trabalho, e por sua vez, da renda Prebisch (2000), *vis a vis* o senário internacional à época, propunha a industrialização da periferia, a saber:

Já se afirmou que a industrialização da América Latina, se efetuada com discernimento, oferecerá a possibilidade de aumentar sensivelmente a renda nacional, por conferir um emprego mais produtivo às massas da população atualmente empregadas em ocupações de baixíssima produtividade (PREBISCH, 2000, p. 92).

Todavia, para avançar na proposição do autor aflorava um problema recorrente na história dos países em desenvolvimento no período pós-crise de 1929 até o final do século XX, a escassez de divisas. Prebisch (2000) não considerava o problema como meramente monetário, mas sim como um problema de caráter dinâmico e profundo relacionado com a forma e o ritmo em que ocorria o crescimento econômico nos diversos países. Explica ele que conforme ocorre a ação do centro principal, ela tende a dinamizar o processo de desenvolvimento quando a ação é

⁶ A discussão basilar sobre protecionismo a indústria nascente está contida em List (1986) em sua obra sistema nacional de economia política.

voltada para expulsar divisas, ou de retraí-lo, quando ocorre um processo voltado para captação de divisas. Estes movimentos são ditados pelos ciclos econômicos e ocorreram de forma similar até a crise de 1929.

Sucedeu que, além do movimento normal de retração, o coeficiente de importação do centro principal também se reduziu diferentemente que ocorria até então. O efeito nefasto deste processo recaiu sobre a periferia, pois com a contração da renda e das importações primárias no centro principal, esta última se reduz em um volume maior que o resto do mundo, tornado mais acentuado o desequilíbrio da balança de pagamentos para os países periféricos (PREBISCH, 2000). Além disso, a falta de divisas constituía-se em um gargalo para a possibilidade de importação de bens de capital com a intensão de dinamizar a indústria interna.

Logo, a problemática da escassez de divisas é recorrente na obra do autor, salientando que nesse período o controle cambial foi a medida amplamente adotada para evitar a iminente fuga de capitais que se evidenciava no contexto mundial:

A reação latino-americana foi semelhante à de outros países do resto do mundo: reduzir o coeficiente de importações por meio da desvalorização monetária, da elevação das tarifas alfandegárias, das cotas de importação e do controle cambial (PREBISCH, 2000).

Neste sentido, observa-se que as medidas adotadas tinham forte cunho intervencionista para o ajuste das economias periféricas. Entretanto, o fato gerado da necessidade das referidas medidas também não seguiu o explicitado pela teoria clássica. Prebisch (2000), com base em na teoria geral elaborada por Keynes (2007), critica o pressuposto da existência do pleno emprego na economia. Argumenta ele que era impossível entender o comportamento das balanças de pagamentos e movimentações de capitais internacionais em 1930 pautados nas premissas clássicas, refutando assim, sua validade.

Após a grande depressão de 1929 e as três décadas que se sucedem, houve uma variedade de grandes autores que revolucionam o pensamento econômico com teorias heterodoxas com elaborações críticas ao pensamento clássico. Dentre eles⁷, Keynes (2007)⁸ com sua Teoria geral do empego do juro e da moeda, tecendo uma elaborada crítica ao *modus operandi* do sistema econômico apresentado pela teoria clássica; Schumpeter (1982) com a Teoria do desenvolvimento econômico, modificando a centralidade da análise do sistema econômico da tendência a equilíbrio da taxa de lucro (clássico) para a busca pelo lucro extraordinário como o determinante para a evolução do sistema econômico; e Hirschman (1961) com a Estratégia do desenvolvimento econômico, elabora ferrenha crítica ao pressuposto de equilíbrio geral na economia argumentando que o sistema econômico tem sua dinâmica ditada pelos desequilíbrios.

⁷ Não há pretensão de esgotar a discussão sobre a teoria elaborada pelos autores citados, somente apresentar de forma sucinta suas obras, visando contextualizar o momento histórico que Prebisch elaborou a teoria do Sistema Centro-Periferia.

⁸ Para Prebisch a leitura de Keynes foi extremamente importante, tanto que ele publicou uma obra chamada *Introducción a Keynes*, em 1947. Na verdade este foi o primeiro manual escrito na América Latina com objetivo de difundir as ideias presentes na obra de Keynes (COUTO, 2007).

Deste modo, para Prebisch (2000) era cristalino o entendimento de que a teoria clássica não correspondia a realidade observada nos períodos de crise. Para o autor, a forma que o ciclo econômico se manifestava, os desequilíbrios externos, os diferenciais de produtividade e a escassez de divisas eram fatores fundamentais dos diferenciais de condição econômicas das nações do centro em relação à periferia, ele visualizava que a industrialização dos países em desenvolvimento seria o caminho para reduzir esta dependência da periferia em relação ao centro.

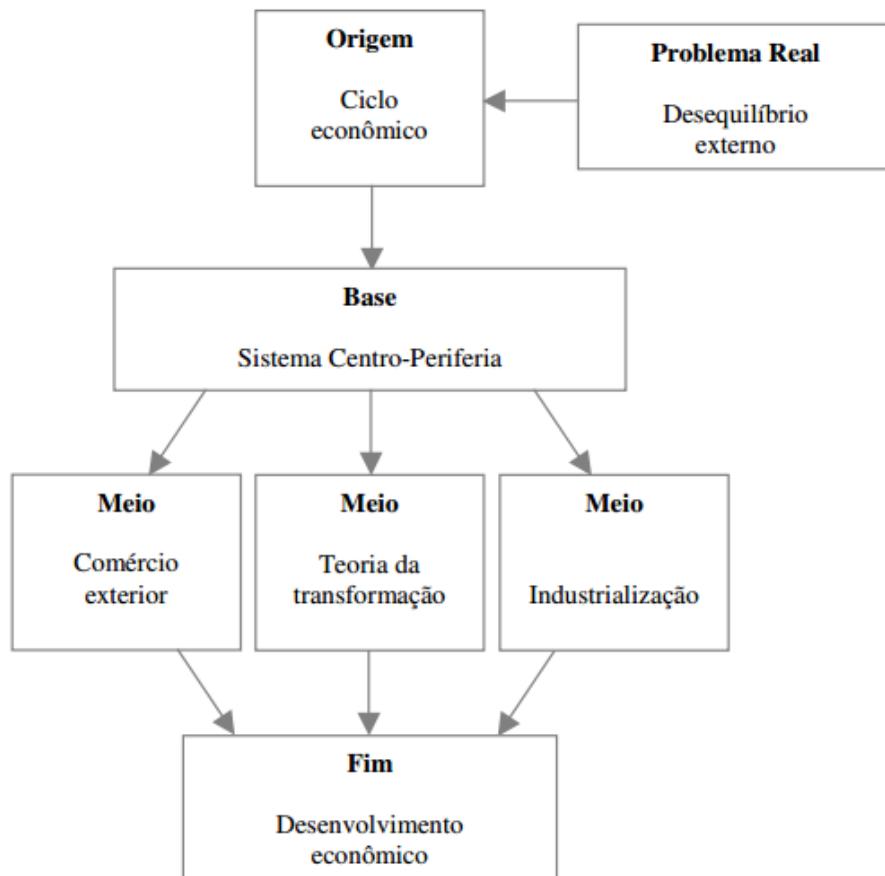
A industrialização da periferia via substituição de importações era apontada como um caminho promissor pelo autor. Posteriormente, se configurou como uma política pública amplamente utilizada na América Latina e no Brasil da metade do século XX até seu final. Isto ocorreu provavelmente pelo transbordamento das ideias de Prebisch junto a CEPAL onde houve o engajamento de vários países e teóricos da América Latina, dentre eles Celso Furtado.

Sobre a industrialização via substituição de importações merece destaque a escassez de moeda estrangeira. Tal como já apresentado, a fuga de divisas era um limitante da industrialização na América Latina para superar este gargalo e reduzir a disparidade entre as produtividades do trabalho no centro e na periferia seria necessário industrializar a periferia. Todavia, se não fossem direcionadas as importações para os bens de capitais, em detrimento de outros bens de consumo, este processo não poderia ser realizado devido à escassez de divisas. O autor demonstra claramente esta sua preocupação ao esboçar um planejamento de política anticíclica na tentativa de reduzir ou mitigar esta disparidade entre o centro e a periferia, Prebisch (2000, p. 135):

[...] ao fazer este esboço dos principais problemas pertinentes ao nosso desenvolvimento econômico, se não dedicássemos atenção à política anticíclica. Essa política é um complemento indispensável da política de desenvolvimento econômico a longo prazo, pois a indústria, como já foi dito, faz com que se evidencie a vulnerabilidade da periferia às flutuações e contingências do centro. Não basta aumentar a produtividade, com isso absorvendo fatores desempregados e mal empregados. Também é preciso evitar que, uma vez alcançada a ocupação produtiva de seus fatores, eles tornem a ficar desempregados por obra das flutuações cíclicas.

Couto (2007) sintetiza o pensamento de Prebisch sobre o sistema econômico e sua relação com o centro e a periferia (Figura 1), enfatizando a preocupação do autor com os problemas reais. Tal que quando pode influenciar a política monetária da Argentina, por meio do exercício de seu cargo público a época, os desequilíbrios externos eram latentes levando-o a questionar a teoria econômica vigente e trazendo à tona seu eixo inicial de análise para elaboração de sua teoria sobre o sistema centro-periferia.

Figura 1 – Plano geral do pensamento de Raúl Prebisch



Fonte: COUTO, 2007, p.60.

O gatilho para sua crítica está contido no desequilíbrio externo o que ocasiona o questionamento de como o movimento do ciclo econômico tem ocorrido de forma a prejudicar as relações de troca da periferia em relação ao centro. Aí constituía-se seu sistema centro-periferia. O meio para superar este gargalo estaria contido nestes três elementos, comércio internacional, teoria da transformação e industrialização. A finalidade na superação destes entraves constitui-se em etapa fundamental para alcançar o desenvolvimento econômico.

Além das contribuições de sua teoria sobre o sistema centro-periferia, Prebisch foi um autor proífico do lado acadêmico, e também quanto a sua atuação profissional, a qual exerceu com maestria, tendo cursado uma carreira memorável, tanto que Furtado (2011, p. 444) declara “Quando abandonou sua última função de assessoria, junto ao governo de Raúl Alfonsín, veio-lhe o sentimento de que sua vida ativa se esgotava. Não lhe interessava o papel de simples testemunha. Desejou que a morte lhe chegasse rápida, sem vacilações”.

Devido a sua essência de sempre procurar entender a realidade a sua volta em 1983, três anos antes de sua morte, Prebisch publica um artigo refletindo sobre sua vida e obra e as dividindo em cinco etapas de seu pensamento sobre o desenvolvimento. Na primeira etapa, de 1943 à 1949, é relatada como a aceitação de

Prebisch sobre o ciclo econômico e o repúdio às teorias do equilíbrio geral da economia clássica.

A partir da segunda etapa, de 1949 a 1959 ele expõe as ideias mais conhecidas como o sistema centro-periferia e a deterioração dos termos de intercâmbio e publica os textos basilares que desenvolverão as premissas de seu sistema. Já na terceira etapa, de 1959 a 1963, estando ele junto da CEPAL e nesse período em transição para o Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, ele trabalha em defesa pela criação de um mercado comum Latino-Americano e publica seus trabalhos sobre o conceito de insuficiência dinâmica da economia (COUTO, 2007; PREBISCH, 1983).

A quarta etapa, de 1963 a 1969, ele toma a frente da Unctad, como secretário geral, nesta fase ele trabalha com a cooperação internacional, resultando na ampliação da divulgação e respaldo de suas teorias. Contudo, é um período de trabalho exaustivo dificultando sua dedicação à academia. A última etapa, de 1970 até sua morte 1986, ele se aproxima teoricamente do pensamento de Karl Marx para propor uma síntese entre liberalismo e socialismo, elaborando sua teoria da transformação. Nesta fase Prebisch revisita alguns de seus conceitos e acrescenta a sua análise econômica, além das questões sociais, também as relações de poder (COUTO, 2007; PREBISCH, 1983).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as diferenças entre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico culminou em uma definição onde não haveria o segundo sem o primeiro. De modo geral, após a crítica heterodoxa do século XX, os países desenvolvidos, bem como os em desenvolvimento, tem buscado a melhoria da qualidade de vida da população conjuntamente com o crescimento econômico. Por isso, houve aumento na preocupação na forma como a renda é distribuída entre as classes nas sociedades modernas e com o acesso da população a bens e serviços considerados essenciais (saúde, segurança, educação), seja por meio da renda ou pelas políticas públicas.

Desta forma, o debate em torno do conceito de desenvolvimento evoluiu gradativamente a partir da crise de 1929 até o início do século XXI, ampliando suas dimensões. Ele passou de um conceito puramente econômico para âmbito social, cultural, territorial e mental. Sendo assim, o debate sobre o processo de desenvolvimento de um país possui uma abordagem multidimensional.

Raúl Prebisch acompanhou intensamente grande parte deste debate no século XX, tornando-se um dos grandes teóricos da ciência econômica na América Latina. A sua teoria sobre o sistema centro-periferia constituiu o ponto de partida para o debate sobre o subdesenvolvimento na América-Latina, sendo a base para o pensamento da CEPAL e a corrente estruturalista.

Esta base constitui-se em uma das maiores contribuições de Prebisch para a teoria do desenvolvimento econômico, pois fomentou uma geração de autores latino-americanos a pensar este processo a partir de teorias críticas próprias. Elaborada pela observação dos fenômenos econômicos ocorrido na América Latina, sem importar modelos pré-concebidos em outros territórios, adaptando-os à realidade Latina.

Esta revolução liberta da dependência teórica imposto na América Latina pelos países centrais, abrindo caminho para uma geração de novos pensadores dispostos a questionar os pressupostos teóricos estabelecidos a partir da observação dos países desenvolvidos. Conforme demonstra Prebisch, os pressupostos teóricos clássicos não explicavam a realidade da América Latina, mas sim ocultavam os fatores que ampliavam a dependência da periferia.

Deste modo, o pensamento visionário de Prebisch é corroborado pela evolução histórica do conceito de desenvolvimento econômico que caminha para uma abordagem pautada na observação de outros indicadores para além dos econômicos e insere na análise características peculiares de cada território observado. Portanto, sua maior contribuição foi em iniciar e constituir uma corrente de economia política genuinamente latina.

REFERÊNCIAS

BIESLCHOWSKY, R. Do “manifesto latino-americano” de Raúl Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na Cepal. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, 2020.

BORJA, B. Raúl Prebisch e seus manifestos: momentos de formação da CEPAL. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, 2021.

BRANDÃO, C. **A impossibilidade de uma teoria geral e abstrata do desenvolvimento**. mimeo, 2008. Disponível em:
<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper36.pdf>. Acesso em: 06/11/2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O processo histórico do desenvolvimento econômico. **EESP/FGV**. v. 12, 2008. Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Bresser-Pereira/publication/266495722_O_processo_historico_do_desenvolvimento_economico/links/57c75cb608ae9d64047e9979.pdf. Acesso em: 06/11/2017.

CARNEIRO, R. O desenvolvimento revisitado. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 73-82, jul.- set. 2006.

CHANG, H. -J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, abr. 2007.

_____. Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia. **Revista de Economia Política**, vol. 37, nº 1, p. 65-87, jan.- mar. 2017.

DE CARVALHO, F. J. C. Mercado, estado e teoria econômica: uma breve reflexão. 1999.

FURTADO, C. Sobre Raúl Prebisch. In: **Cadernos do Desenvolvimento**. v. 6. n. 9. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p.442-444.

- HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 35, n. 3, p. 119-146, set/dez. 2009.
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. 1º ed. Rio de Janeiro: Fundo da cultura, 1961.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 2007.
- LIST, G. F. **Sistema nacional de economia política**. Os economistas. São Paulo, 1986.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.
- PREBISCH, R. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo, **El Trimestre Económico**, vol.50, n.198, p.1077-1096, abr.- jun. 1983.
- _____. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.
- _____. **Introducción a Keynes**. México e Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960.
- RICARDO, D. **Princípios de econômica política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1986. Coleção Os Economistas
- ROMER, P. M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of political economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.
- SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Uma síntese. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.
- SILVA, G. M. **O impacto da crise financeira de 2008 sobre as exportações paranaenses: uma aplicação do modelo gravitacional**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em desenvolvimento regional e agronegócio (UNIOESTE), Toledo, PR, 2014. 116p.
- SMITH, A. **Uma investigação sobre a causa e a natureza da riqueza das nações**. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **The quarterly journal of economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

Recebido em: 23/05/2025
Aprovado em: 25/08/2025